

O Peru celebra a vizinhança bicentenária com o Brasil

» CÉSAR LANDA
Ministro das Relações Exteriores do Peru



O 201º aniversário do Peru é um momento oportuno para destacar o legado e a promessa da vizinhança bicentenária com o Brasil. Apenas 13 meses, de 28 de julho de 1821 a 7 de setembro de 1822, separaram as datas da independência de nossas duas nações. Hoje, poucos dias antes do bicentenário do Brasil, temos que comemorar os marcos dessa convivência, desde a definição dos limites, os acordos fluviais e as conferências americanas do século 19, passando pela sucessão de visitas e acordos oficiais, as coincidências terceiro-mundistas e as mediações brasileiras para a paz regional do século 20; até a aliança estratégica de 2003 e o progresso gradual da interconexão física, comércio, investimento e turismo alcançado nos últimos 20 anos.

Hoje, em um contexto tão difícil para o mundo, entre uma pandemia persistente, a guerra na Ucrânia e as sucessivas turbulências econômicas e com uma região sul-americana imersa em múltiplos desafios políticos, sociais e ambientais, Peru e Brasil trabalham juntos, com pragmatismo e realismo, para fortalecer sua vizinhança, marcada por quase 3 mil quilômetros de fronteira, economias promissoras e duas sociedades que sentem simpatia e curiosidade uma pela outra.

Por isso, estamos cumprindo o que foi acordado pelos presidentes Pedro Castillo e Jair Bolsonaro, em Porto Velho, Rondônia, em 3 de fevereiro deste ano,

para aperfeiçoar nosso Acordo de Ampliação Econômica e Comercial, assinar seu protocolo complementar e relançar os investimentos recíprocos, bem como aumentar o comércio e o turismo entre as regiões da fronteira, pela estrada do Pacífico e pelo rio Amazonas e seus afluentes.

Estamos também retomando iniciativas para aprofundar a nossa coordenação em questões de defesa e segurança pública, com destaque para o monitoramento conjunto e o combate às diversas atividades ilícitas de exploração e comércio que afetam as zonas fronteiriças. Da mesma forma, estamos muito interessados em retomar o aprendizado mútuo em questões sociais e interculturais, para enfrentar os persistentes desafios de inclusão e pobreza, bem como estabelecer um espaço de diálogo bilateral sobre questões ambientais e de bioeconomia, para ajudar, juntos, a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, para se tornar uma instância transformadora das políticas públicas amazônicas na região.

Por seu lado, buscamos fortalecer a cooperação técnica em ciência e inovação, aumentar os projetos entre nossos ecossistemas de startups e aumentar os laços culturais entre nossos artistas, músicos e chefs, para multiplicar no enriquecimento recíproco de nossas sociedades, na maioria mestiças, que são tão jovens e criativas. Aqui também desejo destacar

a importante contribuição econômica e social feita, durante décadas, pelos migrantes andinos, especialmente os mais de 50 mil peruanos; profissionais, trabalhadores e famílias plenamente integrados em São Paulo e em todo o território brasileiro.

Em um sentido mais amplo, Peru e Brasil estão coordenando estreitamente nossas entradas simultâneas à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), um processo que deve acelerar a aplicação de boas práticas de governança pública, de integridade e eficiência, em benefício dos nossos povos.

Da mesma forma, nos fóruns regionais e da Organização das Nações Unidas, compartilhamos convicções comuns sobre o respeito e a promoção dos direitos humanos, a defesa da democracia, o valor do multilateralismo e as prioridades de crescimento, inclusão social e luta contra a pobreza no mundo em desenvolvimento.

Juntos, Peru e Brasil ocupam o eixo central da América do Sul, entre o Pacífico e o Atlântico, abrangendo o coração da Amazônia e, por isso, nosso comum desenvolvimento sustentável, no pleno respeito das instituições democráticas, são chamados a ser uma base para a coordenação política e a integração econômica na região. Por isso, hoje, celebremos o legado e a promessa da nossa vizinhança bicentenária.

2022 e 2023. O que teremos pela frente

» OSMAR RONCOLATO PINHO
Presidente da Associação Brasileira das Empresas de Leasing (Abel) e vice-presidente da Federação Latino-americana de Leasing (Felalease)

O Brasil atravessa um momento de incerteza econômica. A retração nas maiores economias do mundo já vem ocorrendo e pode se manter até o primeiro semestre de 2023, afetando ainda mais o andamento de nossa economia. Caso a recessão, nos Estados Unidos (EUA) e, principalmente, na Europa, seja mais acentuada, crescerá o risco de a China também ter menor crescimento. Nesse caso, o Brasil poderá ter as suas exportações comprometidas, provocando efeitos significativos na economia, face à predominância de nossas exportações para a China e os Estados Unidos.

A guerra na Ucrânia trouxe desdobramentos expondo o gargalo nas cadeias de insumos, gerando um descompasso entre oferta e demanda. Esse descompasso afetou os preços das commodities, especialmente petróleo e gás. Com as commodities pressionando fortemente a inflação — nos EUA, por exemplo, os preços registram os maiores níveis em 40 anos —, estamos vendo um movimento amplo de alta de juros pelos bancos centrais ao redor do mundo.

No Brasil, não é e não será diferente. O Banco Central vem aumentando seguidamente a taxa básica de juros, a Selic, desde março de 2021, numa tentativa de também conter a inflação. Atingimos em junho (13,25% ao ano) o maior patamar de juros desde dezembro de 2016. Além do contexto internacional conturbado, a atividade econômica brasileira se sujeita às incertezas relacionadas ao quadro político nacional, em decorrência da realização da eleição presidencial, em outubro, com os riscos de uma política fiscal expansionista, que distancia o país de superávits primários adequados e sustentáveis.

Apesar desse ambiente mais adverso, a atividade econômica brasileira tem dado alguns sinais positivos. A taxa de desemprego vem lentamente diminuindo, a arrecadação tributária tem mostrado força e as projeções de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) têm sido positivas. O PIB do primeiro trimestre cresceu 1% ante o quarto trimestre de 2021 e está 1,5% acima do nível anterior à pandemia. Há ainda a expectativa de que a autoridade monetária possa encerrar, em breve, o ciclo de alta da taxa básica de juros, considerando-se que o Brasil iniciou esse movimento de aperto monetário antes de outros países.

O quadro exposto acima traduz um ambiente pouco favorável ao investimento privado, e, com isso, aumentando ainda mais a perda de competitividade e de produtividade da indústria nacional. Com um cenário tão desafiador, o volume de crédito no Brasil não vem apresentando o crescimento necessário e tão desejado. Sua participação no Produto Interno Bruto (PIB) se mantém estacionada na faixa de 50% (percentual atingido em 2013 e que, atualmente, é de exatos 51,7%, conforme dados de fevereiro deste ano), demonstrando a falta de capacidade de crescimento da economia.

Além de todos esses desafios, o Brasil ainda padece da falta de uma política econômica que privilegie o crescimento estrutural em longo prazo, da falta de condições necessárias para o estabelecimento de segurança jurídica eficaz nas relações econômicas e da falta de um sistema tributário, mais simplificado, mais distributivo, que possa, verdadeiramente, promover o rearranjo de nossas prioridades socioeconômicas, buscando a eficiência e a equidade entre os todos entes da economia. Somente com ajustes nessa direção será possível reduzir incertezas, alongar horizontes e crescer de forma consistente, inclusiva e sustentável.

Negro, sim

» RICARDO NOGUEIRA VIANA
Delegado chefe da 6ª DP, é professor de educação física

Em recente estudo, o IBGE indigitou que o Brasil possui 217 milhões de pessoas, detalhados entre: brancos, amarelos, indígenas, pretos e pardos. Um recorte dessa pesquisa, apresentou que 56% da nossa população é negra. Após a última estimativa, em 2012, houve um aumento dos que se autodeclararam pretos e pardos e uma diminuição da população branca. A mudança não reflete o aumento da natalidade, mas da conscientização da população negra, apesar da timidez das ações afirmativas vigentes, que conseguiu vislumbrar, nos últimos 10 anos, um possível protagonismo e um futuro a construir. Um país que sobreviveu há mais de 300 anos de escravidão e se propôs a fazer uma abolição não planejada, a qual, de forma intencional, manteve o negro às margens da sociedade, perdeu a oportunidade de ser uma grande potência e exemplo de democracia racial.

Define-se negra, a população parda e preta. A primeira, teve um acréscimo de 7,4%, em 2012, para 9,1% em 2021, enquanto a segunda, de 45,6% para 47%, no mesmo período. Há 134 anos, deveria se iniciar um novo marco na história brasileira, pois foi com vistas a atenuar a pressão que o país sofria por ser o último a manter a escravidão, que adveio a Lei Áurea. Negros na rua: sem terra, dinheiro, instrução e destino. Livres, mas sob as amarras de uma elite que até hoje ocupa os espaços de poder. O retrato da covardia já se presumia, uma sociedade hierarquizada, estamental, em que o negro, na base da pirâmide, sucumbiu a pecha de dependente e incapaz.

Diante dessa superioridade imposta, surgem no pós-abolição teorias eugenistas e pseudocientíficas, influenciadas por padrões europeus, as quais aventavam que o sucesso da população brasileira adviria, principalmente, do seu embranquecimento. A chacota contou com subsídios do governo brasileiro, que fomentou a imigração de outros povos, principalmente italianos e japoneses. Além do apoio político, a tese contou com o suporte do médico brasileiro — João Batista Lacerda, que, em 1911, participou do Congresso Universal das Raças e previu o embranquecimento como um objetivo a ser alcançado no Brasil. Este ainda aventou que, um século após, teríamos o clareamento da população brasileira.

Com a fusão de vários povos, a pesquisa do “expert” não passou de empirismo. O Brasil adquiriu contornos da mestiçagem, entretanto, a cor que prevaleceu foi a negra. Diante da repercussão dos dados do IBGE, acompanhei uma entrevista de uma jovem de cor parda, a qual se declarava branca. “Eu tinha medo, não era legal!” A entrevistada descreveu que, após a política de cotas nas universidades, começou a ver, paulatinamente, que se sentiu abraçada. Para os negros, isso é — pertencimento. Enxergar o seu semelhante, seja ou não parte do seu nicho, como integrante do seu grupo social, partilhando ideias, valores ou ostentando cabelos, roupas e costumes que também lhe concernem.

É o negro orgulhoso de suas raízes e senhor do seu futuro. A resposta da entrevistada diverge da previsão

do médico João Batista, de que atingiríamos o padrão europeu de raça, ou seja, seríamos uma nação branca em 100 anos. Foi justamente em 2010 que foi sancionado a lei 12.288 — Estatuto da Igualdade Racial, ato normativo, o qual visa garantir a igualdade de oportunidades à população negra, inclusive com ações afirmativas. Dois anos após, adveio a lei 12711/2012, conhecida como a lei de cotas, a qual dispõe sobre acesso da população negra às universidades federais vinculadas ao Ministério da Educação.

O trabalho do IBGE também descreve um decréscimo da população branca de 46% para 43%. Diminuíram? É crível que não. O que aflorou foi a conscientização entre negros e pardos. Embora em menor número, os brancos continuam detentores de vantagens e estratégias que não permitem e também excluem os negros de uma possível ascensão social. É o que a psicóloga Cida Bento denominou de pacto da branquitude, uma forma de preservação e manutenção de privilégios, visando manter o status quo.

Sim, os negros são a maioria. Mas ainda permanece uma diferença abissal entre as raças em nossa sociedade. Favelas, cadeias e subemprego têm cor. A estrutura, apesar das poucas mudanças, continua a mesma. Há vários pontos a comemorar, mas também a perseguir, para que tenhamos a tão sonhada paridade de armas, ou pelo menos — respeito. Estamos rompendo padrões psicológicos, afetivos e até mesmo físicos, que nos foram impostos. Iniciamos uma segunda abolição.